

NARRATIVAS MIDIÁTICAS

CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES E MEDIAÇÕES

ROSANA DE LIMA SOARES
MAYRA RODRIGUES GOMES
(ORGANIZADORAS)

SÃO PAULO
2020



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

N234 Narrativas midiáticas [recurso eletrônico] : crítica das representações e mediações /
 organização Rosana de Lima Soares, Mayra Rodrigues Gomes. – São Paulo:
 ECA-USP, 2020.
 215 p.: il.

ISBN 978-65-88640-08-1
DOI 10.11606/9786588640081

1. Meios de comunicação - Crítica. 2. Representações sociais - Crítica. 3. Narrativa. I.
Soares, Rosana de Lima. II. Gomes, Mayra Rodrigues.

O MAL-ESTAR NA REPRESENTAÇÃO¹: DAS LUTAS IDENTITÁRIAS AO RECONHECIMENTO SOCIAL

Rosana de Lima Soares (ECA/USP)ⁱ
Thiago Siqueira Venanzoni (ECA/USP)ⁱⁱ



Ouçá a apresentação dos autores sobre o
mesmo tema no Podcast do MidiAto
(clique aqui)

Resumo

O artigo busca analisar produções audiovisuais de coletivos da periferia por meio do tensionamento dos conceitos de diversidade e universalismo, conforme definidos por Renato Ortiz (2015), presentes em conteúdos jornalísticos. O acontecimento escolhido para reflexão será o processo eleitoral brasileiro, durante os meses de agosto a outubro de 2018, marcado por inúmeros conflitos entre diversos grupos sociais. Serão observadas as pautas usualmente ausentes das mídias tradicionais a fim de apontar de que forma essas narrativas propõem outros modos de representação do cotidiano desses sujeitos periféricos. Por meio das análises, o trabalho busca apontar processos políticos em torno de lutas identitárias e disputas por representação, abrangendo os conceitos de visibilidade e reconhecimento, bem como as possibilidades de reconfiguração do social e reconstrução do espaço comum presentes nesses discursos.

ⁱProfessora livre-docente no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais e no Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP, com doutorado e mestrado em Comunicação pela mesma instituição. Realizou pesquisa de pós-doutorado no King's College London (Inglaterra, 2014/Fapesp). Autora de *Sutileza e grosseria da exclusão nas mídias* (Alameda/Fapesp, 2020). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq). E-mail: rolima@usp.br.

ⁱⁱDoutorando no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da ECA/USP (bolsista Capes) e mestre em Meios e Processos Audiovisuais pela mesma instituição, com graduação em Comunicação Social (jornalismo) pela Unesp. Docente dos cursos de Audiovisual do FMU Fiam-Faam – Centro Universitário (SP). E-mail: thiagovenanzoni@gmail.com.

¹O termo foi inspirado em livro do sociólogo Renato Ortiz, *Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo* (Boitempo, 2015), no qual o autor discorre sobre o “mal-estar do universalismo”: aquilo que busca ser completo e totalizante, porém necessita ser, ao mesmo tempo, múltiplo e plural. A diversidade, dessa maneira, é vista como um processo que define o estado global da modernidade-mundo, não em sentido apenas ideológico, já que o mundo precisa, hoje, ser necessariamente diverso e global. Assim, as mediações e os sistemas de produção, recepção e produtos (materiais ou culturais) dialogam numa dupla chave – do homogêneo ao heterogêneo –, que impacta os modos de construção da representação dos sujeitos em suas disputas por visibilidade e reconhecimento. O título faz, ainda, referência ao ensaio *O mal-estar na civilização* (em traduções mais recentes, *O mal-estar na cultura*), escrito por Sigmund Freud e publicado em 1930, no qual são abordadas as tensões entre indivíduo e sociedade.

Este artigo aborda produções audiovisuais de coletivos jornalísticos atuantes nas periferias, voltadas para a divulgação de conteúdos e formatos noticiosos ou informativos. O acontecimento escolhido para reflexão é o processo eleitoral brasileiro em 2018, marcado por inúmeros conflitos entre grupos sociais em distintas regiões do Brasil, especialmente para a eleição presidencial. Serão observadas narrativas ausentes das mídias tradicionais a fim de investigar de que forma as produções não hegemônicas propõem outros modos de representação de sujeitos periféricos e seus cotidianos, especialmente em torno das temáticas de raça, classe e gênero em função de visões políticas antagônicas. Por meio das análises, o trabalho pretende apontar processos políticos em torno de lutas identitárias e disputas por reconhecimento, recobrando os conceitos de visibilidade e representação, bem como as possibilidades de reconfiguração do social e reconstrução do espaço comum presentes nesses discursos.

Em parte, o debate público ocorreu por haver um projeto de poder que se mostrava avesso a pautas sociais em contraposição a um outro que as apoiava, mas se mostrou mais contundente por aclarar uma mudança em curso nas disputas políticas no país, nas quais as lutas identitárias marcam, de modo definitivo, um lugar mais amplo e consciente na esfera social. Nesse cenário, as mídias noticiosas tiveram função primordial na circulação de discursos, por meio de produções que propuseram sínteses das visões que se propagaram, de muitas maneiras, nas redes sociais.

Jornalismo periférico e ativista

Uma das características da recente produção audiovisual difundida em plataformas digitais on-line é o fato de não se tratar de produtos concebidos de modo centralizado, como em formatos anteriores, mas de narrativas partilhadas por indivíduos e grupos que participam ativamente das mediações (midiática, social, estética, tecnológica) exigidas para compreensão daquilo que se coloca em pauta no país, defendendo interesses e pontos de vista variados. No campo

²Sobre essa temática, ver artigo intitulado “A periferia por ela mesma”, que apresenta resultados de pesquisas sobre videoativismo e o uso de imagens produzidas em vídeos por coletivos juvenis da periferia, em que grupos de jovens usam vídeos para reivindicações sociais e expressões culturais, e para mostrar como veem a metrópole paulistana (Christina Queiroz, revista Pesquisa Fapesp, ed. 258, ago. 2017).

³Adotamos no trabalho a definição de que os “coletivos” são formados em torno da diversidade de vozes a eles internas, de sua paridade nas construções narrativas e na intervenção social intencionada por esses vários grupos. Acreditamos, ainda, que os coletivos periféricos sejam o lugar para se avaliar discursivamente essas relações, pois neles vozes subalternas ocupam espaços de produção e recepção como protagonistas de suas histórias. A ideia do “coletivo”, dessa forma, se dinamiza à medida que os meios de produção também se democratizam, e a diversidade passa a ser um emblema contemporâneo.

⁴Para uma diferenciação desses campos de atuação jornalística, propomos a seguinte definição: “(...) as narrativas produzidas por esses jornalistas periféricos são elaboradas a partir de um determinado território, o que as diferencia por conterem perspectivas específicas, que não podem ser entendidas fora dessa relação com o lugar de

progressista, entre outros agentes, vários coletivos juvenis situados nas periferias das grandes cidades se voltam para temáticas usualmente distantes das mídias tradicionais visando contribuir com a proposição de políticas da representação que possam deslocar os regimes de visibilidade vigentes. Este breve ensaio tem como objetivo analisar produções audiovisuais de coletivos jornalísticos periféricos entre 16 de agosto e 28 de outubro de 2018, dia em que foi realizado o segundo turno das eleições, destacando-se a disputa pela presidência.

Foram selecionados coletivos jornalísticos que produzem e distribuem conteúdos das e nas periferias, objetivando compor um olhar desses grupos para questões sociais em perspectiva noticiosa. Por privilegiar eventos atuais e/ou do cotidiano, o mapeamento destaca produções audiovisuais em gêneros referenciais – que têm encontrado maior número de ocorrências nesses grupos –, mesclando formas da reportagem e do documentário. Além disso, notamos a prevalência de obras audiovisuais nos materiais desses coletivos, como se neles o jornalismo televisivo pudesse encontrar um outro sentido, ao mesmo tempo reafirmando e renovando sua função social.

Apresentamos a seguir um levantamento preliminar dos coletivos encontrados, privilegiando os que têm ocupado lugar de destaque tanto na produção de conteúdos audiovisuais sobre as periferias e a partir delas quanto na constituição de um espaço de recepção nelas situado². Nesse momento, destacamos produções jornalísticas realizadas nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e de São Paulo (SP) devido a sua maior visibilidade midiática e pelo fato de esses coletivos tematizarem o contexto nacional em relação aos territórios locais. Em termos metodológicos, estabelecemos a divisão dos coletivos³ em dois grupos: o primeiro constituído por aqueles caracterizados como *coletivos jornalísticos* (associações, grupos e redes); e o segundo formado por grupos institucionalizados e estabelecidos como *mídias noticiosas* (portais, jornais e revistas).

Nessa concepção, o *jornalismo periférico* representa uma parte do chamado *jornalismo independente*⁴, ambos se colocando

como uma alternativa às mídias corporativas ou de referência, e buscando romper com os discursos hegemônicos nelas presentes, especialmente em relação a temáticas políticas e sociais. Nos coletivos periféricos, ainda que os modos de apuração e edição sejam semelhantes àqueles do jornalismo convencional, a diferença se estabelece, radicalmente, na escolha das pautas e roteiros, na relação de proximidade entre realizadores e sujeitos mostrados, e na participação mais ativa do público local. Os quadros apresentam a seleção proposta.

histórias e dos sujeitos produtores da comunicação (...) Retoma-se um dos exemplos de jornalismo periférico que tem por objetivo fazer ecoar parte das vozes ausentes da cobertura tradicional da imprensa” (ROVIDA, 2018, p. 54; 60).

⁵Nesse sentido, uma das iniciativas mais inovadoras é a Rede Jornalistas das Periferias, formada pelos coletivos: Alma Preta; Capão News; Casa no Meio do Mundo; Desenrola e não me Enrola; Di Campana Foto Coletivo; Do Lado de Cá; Historiograma; Imagem; Mural – Agência de Jornalismo das Periferias; Nós, Mulheres da Periferia; Periferia em Movimento; Periferia Invisível; TV Grajaú. Disponível em: <https://www.facebook.com/redejornalistasdas-periferias/>. Acesso em: 23 mar. 2018.

⁶É importante destacar que esse coletivo desenvolve, desde 2013, o projeto Você Repórter da Periferia, promovendo oficinas teóricas e práticas com objetivo de fomentar reportagens jornalísticas comunitárias e culturais produzidas por jovens. Disponível em: <https://www.facebook.com/VoceReporterdaPeriferia/>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Quadro 1 – Jornalismo Periférico ⁵		
Coletivos jornalísticos	Cidade	Plataforma de circulação
Agência Mural de Jornalismo das Periferias	SP	https://www.agenciamural.org.br/
Alma Preta	SP	https://www.facebook.com/almapretajornalismo/
Desenrola e não me Enrola ⁶	SP	https://www.desenrolaenaomenrola.com.br/
Énois	SP	https://enoisconteudo.com.br/
Jornalismo Periférico	SP	https://www.facebook.com/jornalismoperiferico/
Nós, Mulheres da Periferia	SP	http://nosmulheresdaperiferia.com.br/
Papo Reto	RJ	facebook.com/ColetivoPapoReto/
Pavio Jornalismo	SP	https://www.facebook.com/paviojor/
Periferia em Movimento	SP	http://periferiaemmovimento.com.br/
Voz das Comunidades	RJ	facebook.com/vozascomunidades/

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Além desses coletivos, foram elencados grupos que produzem o que vem sendo chamado de jornalismo independente (ou alternativo), uma espécie de contraponto ao jornalismo tradicional, tematizando os espaços periféricos e dirigindo-se a públicos

distintos daqueles que se informam pelas mídias convencionais.

Quadro 2 – Jornalismo independente	
Mídias noticiosas	Plataforma de circulação
Agência Pública	https://apublica.org/
Brasil de Fato	https://www.brasildefato.com.br/
Canal Meio	https://www.canalmeio.com.br
Jornalistas Livres	https://jornalistaslivres.org/
Marco Zero Conteúdo	http://marcozero.org/
Mídia Ninja	http://midianinja.org/
Nexo Jornal	https://www.nexojornal.com.br/
Opera Mundi	https://operamundi.uol.com.br/
Ponte Jornalismo	https://ponte.org/
The Intercept Brasil	https://theintercept.com/brasil/

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Com essa amostragem, temos um quadro compreensivo, ainda que não exaustivo, da produção audiovisual que desejamos explorar por meio do recorte adotado no período, elegendo três coletivos jornalísticos periféricos para as análises⁷. Notemos que, para além de questões temáticas, são levados em consideração aspectos estilísticos presentes nas obras, assumindo que não apenas os conteúdos divulgados, mas suas formas expressivas são elementos importantes nessas produções. Tal questão se coloca em pelo menos duas direções: na contraposição entre uma produção profissional e uma produção supostamente *amadora*, mas também qualificada em termos técnicos ou estéticos; na assunção de que, além de inovações nas pautas e em sua apuração, a cobertura jornalística periférica em reportagens audiovisuais pressupõe, ao mesmo tempo, a consolidação desse gênero e sua renovação.

⁷Pretendemos ampliar a amostragem em estudos posteriores, incluindo outros grupos e coletivos com produções documentais ou ficcionais, tanto de jornalismo periférico como independente.

Pesquisas recentes no campo da comunicação e do jornalismo têm estabelecido as peculiaridades e as recorrências dessa atuação, cada vez mais numerosa e variada, por meio do acompanhamento de suas produções, realização de

⁸O estudo sobre jornalismo periférico está relacionado a uma investigação mais ampla, envolvendo teorias e metodologias das ciências sociais, sobre jovens urbanos e coletivos juvenis, intitulada "Jovens urbanos: políticas públicas, ações culturais, políticas e comunicacionais em São Paulo" (2016-2018). Realizada na área de Antropologia do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (PUC-SP) e coordenada pela profa. dra. Silvia Borelli, a pesquisa está vinculada à Red Iberoamericana de Posgrado en Infancias y Juventudes – RedIN-JU e ao Grupo de Trabalho "Juventud e Infancia: prácticas políticas y culturales, memorias y desigualdades en el escenario contemporáneo" (2016-2019), do Clacso.

⁹No original: "Los jóvenes van a ser pensados como un sujeto con competencias para referirse en actitud objetivante a las entidades del mundo, es decir, como sujetos de discurso, y con capacidad para apropiarse (y movilizar) los objetos tanto sociales y simbólicos como materiales, es decir, como agentes sociales. En otras palabras, se reconoce el papel activo de los jóvenes en su capacidad de negociación con las instituciones y estructuras".

entrevistas com seus agentes e distinção das dinâmicas de organização e financiamento de coletivos jornalísticos atuantes nas periferias das grandes cidades. Um elemento relevante é o fato de esses grupos serem constituídos, em sua maioria, por adolescentes e jovens adultos, que valorizam o recorte geracional como definidor de suas especificidades. Ainda que nas reportagens e vídeos não vejamos apenas jovens, produtores e receptores se conectam por meio desse traço em comum. Tal associação não nos parece casual, à medida que essas narrativas não hegemônicas se transformam em narrativas juvenis que intentam desconstruir as visões estigmatizantes que predominam ao se retratarem as periferias urbanas, propondo outras representações desses territórios, mas também dos jovens que neles habitam⁸.

Assim como as periferias são definidas no plural, marcando um lugar geográfico e ao mesmo tempo simbólico, também as juventudes podem ser percebidas em múltiplas vertentes. Apartados não apenas fisicamente das regiões centrais das cidades, mas isolados do acesso a seus bens culturais e de consumo pela dificuldade de mobilidade urbana nos bairros distantes, vemos esses jovens tornarem-se "sujeitos de discurso":

Os jovens serão pensados enquanto sujeitos com competências para agirem de modo objetivo frente às entidades do mundo, ou seja, como sujeitos de discurso, e com capacidade para se apropriarem (e mobilizarem), enquanto agentes sociais, tanto objetos sociais e simbólicos, quanto objetos materiais. Em outras palavras, é reconhecido o papel ativo dos jovens em sua capacidade de negociação com instituições e estruturas (REGUILLO, 2000, p. 36, tradução nossa)⁹.

Não é incomum, portanto, que a atuação desses coletivos assumam uma perspectiva política não apenas em atividades e produções desenvolvidas formalmente nos grupos, mas como forma de ocupação dos territórios urbanos e de seus espaços simbólicos, conformando resistências em resposta às exclusões e aos segregacionismos referentes às periferias.

Essas “biorresistências” podem ser definidas como “práticas significantes que desafiam os sentidos e estratégias da biopolítica, atuando como dispositivos políticos (...) que sugerem a mediação do corpo como elemento central na construção das referências de distinção de culturas, estilos e identidades” (VALENZUELA, 2014, p. 26-27, tradução livre).

É nesse intervalo que o jornalismo pode se colocar como lugar de reação e proposição de novos ativismos, não raro em contraposição a formas noticiosas instituídas. Rovida (2016; 2018), em pesquisas recentes, aponta a consolidação desse fenômeno, sinalizando a vontade e a necessidade de olharmos o jornalismo das periferias, enquanto parcela do jornalismo alternativo e independente, como uma “práxis jornalística” que se funda nas lacunas do jornalismo convencional:

É pertinente ponderar que a crítica dirigida à imprensa não é ingênua ou exagerada ao indicar uma total ausência das realidades periféricas nessa cobertura hegemônica. O silenciamento e as ausências a que se referem os críticos, estudiosos e jornalistas vinculam-se a uma visão mais ampla e complexa da diversidade das periferias. Isso porque essa parcela do extrato urbano da metrópole será, sim, alvo de interesse do jornalismo hegemônico, porém de uma maneira estreita, distanciada e pouco aprofundada, o que resultará em certa estigmatização de sujeitos e territórios periféricos (ROVIDA, 2018, p. 57).

A busca por pautas não contempladas ou mal efetuadas e o silêncio reiterado de certos agentes sociais na cobertura hegemônica abriram passagem para essas vozes periféricas. Resta saber, de acordo com a autora, se a criação desses espaços alternativos nas periferias, nitidamente engajados em causas políticas e sociais, seria também um lugar de inventividade formal na produção noticiosa:

É interessante perceber que, ao que tudo indica, uma das marcas desse extrato do jornalismo alternativo formado

pelo que vimos chamando de jornalismo periférico é a relação entre os produtores da comunicação e o território sobre o qual falam. Isso implica em inserir personagens ou protagonistas das narrativas jornalísticas e jornalistas num mesmo contexto urbano (ROVIDA, 2018, p. 60).

Como parte de suas considerações, Rovida afirma, ainda, que os fundamentos do jornalismo (pauta, apuração, redação, edição) não são tão diferentes nos coletivos periféricos (o que atesta sua qualidade e competência em tempos de proliferação de *fake news* e de banalização da informação), mas a angulação das notícias é nitidamente engajada e combativa, assumindo o ponto de vista dos sujeitos nelas implicados como produtores ou receptores e agregando suas marcas identitárias: “Se as periferias guardam essa diversidade, parece que o trabalho dos jornalistas envolvidos nesse jornalismo periférico está em consonância com a necessidade de uma abordagem dialógica e plural” (ROVIDA, 2016, p. 63).

No ténue equilíbrio buscado entre o universal e o diverso, iremos nos concentrar em três coletivos juvenis situados nas bordas do jornalismo periférico: Papo Reto, Voz das Comunidades e Nós, Mulheres da Periferia¹⁰. Tal escolha teve como critério a produção de conteúdos audiovisuais disponibilizados em plataformas digitais on-line durante as eleições majoritárias de 2018. O coletivo Papo Reto (Rio de Janeiro) produziu 79 conteúdos audiovisuais, postados em sua página no Facebook; o coletivo Voz das Comunidades (Rio de Janeiro) publicou 133 vídeos em sua página no Facebook, sendo alguns deles boletins ao vivo na mesma plataforma; e o Nós, Mulheres da Periferia (São Paulo) concentrou vídeos durante as eleições para tratar questões de raça, gênero e o momento político do país. Com base nesse material, pretendemos demonstrar os temas articulados em narrativas audiovisuais produzidas por grupos periféricos, no que elas se diferenciam de outras narrativas jornalísticas e quais as mediações que visam estabelecer com o público.

¹⁰Páginas dos coletivos no Facebook disponíveis em: Papo Reto (55.073 seguidores): <https://www.facebook.com/ColetivoPapoReto>. Voz das Comunidades (195.763 seguidores): <https://www.facebook.com/voz-dascomunidades>. Nós, Mulheres da Periferia (30.422 seguidores): <https://www.facebook.com/nosmulheresdapерiferia>. Acesso em: 29 out. 2019.

Produções audiovisuais das e nas periferias

Antes de sublinhar singularidades nas produções dos coletivos periféricos selecionados, destacamos a relação de similaridade entre elas – e delas com as produções audiovisuais em narrativas jornalísticas convencionais – no que diz respeito à predominância de formas expressivas indiciais. Essa característica está relacionada ao vínculo factual ou documental enfatizado nessas produções, colocando-as em diálogo com aspectos da cotidianidade do local mostrado e com as demais produções que fazem uso da referencialidade própria ao jornalismo. Assim, a prática dos coletivos atravessa um circuito relacionado a outras formas narrativas que estabelecem hibridismos entre o factual e o documental, combinando técnicas e estratégias da expressão jornalística com aquelas presentes no cinema documental, mais especificamente em filmes brasileiros recentes, entre eles *Slam, voz de levante* (Roberta Estrela D’Alva e Tatiana Lohmann, 2018), *Espero tua (re)volta* (Eliza Capai, 2019) e *Estou me guardando para quando o carnaval chegar* (Marcelo Gomes, 2019)¹¹.

Essa condição não se caracteriza exatamente como uma novidade, mas evidencia a preocupação, nos coletivos, de buscar um público maior – em sua própria comunidade e fora dela –, que compreende as formas expressivas materializadas em diferentes mídias e interage com elas, integrando-se a uma cultura audiovisual expandida. Compreendemos esse rastro de referencialidade como uma característica recorrente em inúmeras produções audiovisuais atuais, nos mais variados gêneros, sobretudo em mídias digitais. Assim, novas possibilidades representacionais parecem surgir na paisagem midiática, contrariando marcas identitárias e estigmas colocados em outras mediações:

¹¹Sobre essa questão, ver comunicação apresentada por Rosana Soares no VIII Seminário Mídia e Narrativa (PUC Minas, Belo Horizonte, 2019), intitulada “Crítica social no cinema brasileiro recente: entre subjetividades e resistências”. Disponível em: <https://midiato.wordpress.com/2019/11/06/pesquisadores-do-midiato-participam-do-viii-seminario-midia-e-narrativa/>.

Desse modo, a estética realista e a hiper-realidade; a retórica testemunhal e a ênfase em visualidades precárias; as políticas de partilha do sensível e os novos regimes de visibilidade, entre outros, são elementos fundamentais para problematizarmos o estatuto das imagens hoje. A dimensão da cultura, e os processos de sua legitimação

por meio dos discursos circulantes, possibilita que pensemos a produção audiovisual como sintoma de uma época pautada pelo desajuste, pelo transbordamento e pelo conflito, aspectos que se fazem presentes, portanto, em tal produção (SOARES, 2015, p. 219).

Além de propor novos modos de construção da representação que possam problematizar as formas hegemônicas de visibilidades periféricas nas mídias, os coletivos tematizam, em seus textos e imagens, vivências e experiências locais. Ao produzir narrativas críticas, enfatizando espaços de atuação simbólica e ações culturais, as produções dos coletivos não apenas denunciam abusos do Estado, uso sistemático de violência policial, desigualdades ou descaso por parte do poder público, mas produzem deslocamentos nos discursos midiáticos, tornando seus narradores protagonistas de suas histórias em relatos individuais dotados de uma dimensão coletiva.

As formas referenciais privilegiadas pelos coletivos, portanto, identificam-se com o estatuto de seus cotidianos, com o território em que estão inseridos, com os deslocamentos urbanos realizados pelas cidades e com a apreensão do conflito como possibilidade de transformação social de uma realidade antes oculta nas mídias. Para demonstrar alguns aspectos comuns presentes nessa produção, bem como seus traços diferenciais, iremos nos debruçar sobre alguns exemplos de materiais divulgados pelos três coletivos analisados em suas redes sociais.

O primeiro deles, o coletivo Papo Reto, atua em comunidades na cidade do Rio de Janeiro e marca sua data de início no ano de 2014,

embalado pelos protestos no Complexo do Alemão e pela não aceitação da forma como essa “grande mídia”, Governo e Secretaria de Segurança criminalizavam movimentos sociais, principalmente os da favela, associando manifestantes com bandidos e manifestação na favela como ação de quadrilhas (PAPO RETO, 2014, online. Acesso em: 13 jul. 2019).

Segundo perfil oficial no Facebook, com 51 mil seguidores, o Papo Reto se autodescreve como um “coletivo de comunicação independente composto por jovens moradores dos Complexos do Alemão e da Penha” (PAPO RETO, 2014, online. Acesso em: 13 jul. 2019). Essas breves descrições apresentam elementos pertinentes para pensarmos como as outras mídias são compreendidas pelo coletivo, sobretudo ao afirmarem autonomia e reiterarem, em vários momentos, o seu território. As questões surgidas na autodescrição do coletivo reverberam nas obras audiovisuais por ele vinculadas no período elencado. Em relação ao Papo Reto não é possível observar a presença constante do tema das eleições em suas postagens, como será notado nas produções dos outros coletivos em análise. Entretanto, as pautas públicas da violência, os conflitos sociais, as obrigações do Estado e outras demandas estão presentes em todas as produções do coletivo, atualizando os embates vistos nas eleições majoritárias por meio de outras mediações, mais locais.

Naquele período eleitoral, a cidade do Rio de Janeiro convivia, como hoje, com a intervenção militar em suas comunidades. Logo, visibilizar esse assunto emergente era prioridade para os complexos do Alemão e da Penha, territórios de atuação do coletivo, mas esse também era um tema acionado pelas chapas concorrentes nas eleições presidencial e estadual no Rio. No dia 15 de setembro de 2018, foi postado um vídeo com tanques militares passando por ruas da comunidade e a legenda “Viaturas e blindas do exército passando em alta velocidade pela rua do Rio do Relicário, Canitar e Casinhas. Sentido Fazendinha”¹², com informações precisas de localização dessa ação policial.

A estética é da captura do que acontece no instante do evento, com uso da câmera na vertical e imagens em plano fixo, com os tanques passando pelo quadro. Podemos vincular tal enquadramento às formas visuais com que outras imagens circulam em plataformas digitais on-line, em vídeos do Instagram ou do Facebook, mas com forte componente de denúncia social e um alerta sobre os acontecimentos vivenciados pelos moradores daquelas comunidades, capazes de reconhecer os locais ali retratados.

¹²Disponível em: <https://www.facebook.com/ColetivoPapoReto/videos/301114530686451>. Acesso em: 28 out. 2019.



Figura 1 – Coletivo Papo Reto. Vídeo postado na página do Facebook com viaturas do exército.

O vídeo faz parte de um movimento do coletivo chamado “Nós por nós”, descrito por eles como um “simples e forte esquema de segurança de ativistas e moradores em dias de guerra a partir do diálogo e troca de informações” (PAPO RETO, 2014, on-line. Acesso em: 13 jul. 2019). A rede de proteção e denúncia mantém contato com moradores dos Complexos do Alemão e da Penha para alertar sobre abusos e possíveis casos de violência policial e de Estado às pessoas da comunidade. Outro vídeo, postado em 31 de agosto de 2018, oferece esse repertório. Com a legenda “neste momento, moradores do Morro do Sereno, na Penha, contra os abusos da intervenção e contra a prisão de 5 rapazes que estavam dentro de suas casas jogando vídeo game e foram presos sem nenhuma evidência contra eles”¹³, a gravação de celular mostra crianças, jovens e adultos com cartazes em protesto ao que consideram excessos praticados pela intervenção militar.

¹³Disponível em: <https://www.facebook.com/ColetivoPapoReto/videos/239747500063112>. Acesso em: 28 out. 2019.



Figura 2 – Coletivo Papo Reto. Moradores da Penha protestam contra a intervenção militar.

Além do tema, prioritário em ser visibilizado pelo coletivo, e do próprio debate eleitoral à época, outras ações colaborativas da comunidade são apresentadas nas produções, entre elas as batalhas dos slams de poesia e as atividades da Ocupação Marielle Franco, imagens que podem ser referidas como uma representação não hegemônica das identidades existentes nos territórios apresentados e nos conflitos sociais experienciados nesses espaços.

O coletivo Voz das Comunidades, segundo grupo destacado neste artigo, atua nas mesmas regiões do coletivo Papo Reto, no Rio de Janeiro; entretanto, há uma diferença nas formas referenciais apresentadas por esse grupo na articulação entre suas produções e o cotidiano vivido nas comunidades. Se o coletivo Papo Reto opta pela estética realista ou dos chamados “novos realismos” (SOARES, 2015), em uma adesão mais indicial ou documental, o padrão imagético do Voz das Comunidades é uma narrativa factual, ou jornalística, com produção diária de reportagens e boletins ao vivo, seguindo como critério a formatação da tradição do telejornalismo no Brasil, porém trazendo outras pautas e abordagens.

No período eleitoral e, inclusive, nos dias das votações em primeiro e segundo turnos, boletins ao vivo foram veiculados em *lives* no Facebook, próximos ao padrão das emissoras tradicionais de televisão, com cobertura em tempo real dos desdobramentos do dia. Em vídeo publicado em 7 de outubro

de 2018, durante o primeiro turno das eleições, uma repórter do coletivo conversa com eleitores na frente de um local de votação¹⁴. Nas entrevistas, a repórter interpela os moradores sobre suas expectativas e reivindicações, oferecendo visões distintas daquelas que normalmente são retratadas nessas coberturas, geralmente voltadas para demandas genéricas de assuntos sensíveis como saúde e educação. Ao sabermos dos territórios nos quais atuam e para quem se dirigem, compreendemos a dimensão do que é dito e a relevância daquilo que se pontua na narrativa.



Figura 3 – Coletivo Voz das Comunidades. Boletim ao vivo em um colégio eleitoral no Complexo do Alemão.

Notamos não apenas nos temas, mas na própria construção visual da cena, a citação a imagens telejornalísticas, seja nos gestos corporais e na locução da repórter, seja na distribuição dos elementos que compõem a reportagem em termos de iluminação, câmera e movimentos, seja na exibição e enquadramento dos entrevistados. Uma espécie de gramática televisual é notada, como se fosse fundamental destacar o caráter original da abordagem e um claro posicionamento político e, ao mesmo tempo, evocar no espectador a familiaridade com o gênero jornalístico, a produção noticiosa e informativa, e a própria estética televisual. A escolha da personagem com a camiseta #EleNão, símbolo do movimento de mulheres que se opôs fortemente a um dos candidatos durante as eleições de 2018, com grande atuação nas redes sociais e desdobramentos

¹⁴Disponível em: <https://www.facebook.com/voz-dascomunidades/videos/2159364134331680>. Acesso em: 28 out. 2019.

em atos presenciais, é outro dos elementos que compõem a cena visual e enunciativa da reportagem.

Ainda que endereçadas a um público local, as imagens assumem que essas pessoas estão acostumadas à recepção de outras reportagens televisivas, considerando-as como parte de uma audiência mais ampla e, em relação a essa expansão, contando com possíveis outros espectadores. Para os que não são da região, há possibilidades de engajamento temático, mas não apenas isso, pois as próprias imagens garantem essa identificação e possibilitam que outros tomem contato e vejam, com seus olhos e por meio delas, as condições da rua e da escola em frente à qual a repórter está posicionada.

O coletivo Nós, Mulheres da Periferia¹⁵, de São Paulo, segue pelo mesmo caminho ao empreender a articulação de narrativas com recorte social engajado. Se no Voz das Comunidades a linha é territorial, ao ouvir as demandas dos moradores das comunidades no Rio de Janeiro, nesse coletivo das periferias de São Paulo a escolha é pela presença de um feminismo que abarca outras variáveis, em perspectiva transversal, tais como raça, geração e classe, além de gênero. A abrangência da problemática de gênero se nota na descrição do coletivo, “um projeto idealizado por mulheres que conhecem e vivenciam o universo feminino de comunidades e bairros da periferia de São Paulo e imediações” (NÓS, 2013, online. Acesso em: 13 jul. 2019), e em um manifesto de mulheres: “Somos maioria. Somos minoria. Pobres, pretas, brancas, periféricas. Migrante, nordestina, baianinha, quilombola, indígena (...) Somos Nós, Mulheres da Periferia!” (NÓS, 2013, online. Acesso em: 13 jul. 2019).

As escolhas na evocação de aspectos referenciais se afastam daquelas presentes nos outros coletivos, imprimindo um recorte documental próximo do modo expositivo, ainda que uma estética hibridizada aproxime as mediações audiovisuais do Nós, Mulheres da Periferia às imagens dos coletivos Papo Reto e Voz das Comunidades. No curta documental “Jardim Miriam: moradoras contam o que pensam sobre as Eleições”¹⁶, veiculado na página do Facebook em 6 de

¹⁵Outras pesquisas têm sido realizadas sobre o coletivo Nós, Mulheres da Periferia, bastante distinguido por sua ação para questões de gênero e para produções audiovisuais periféricas. Como lemos: “O objetivo apresentado pelo coletivo Nós, Mulheres da Periferia é promover um espaço em que as vozes das protagonistas das periferias da capital paulista possam ecoar. As jornalistas responsáveis pelo trabalho também se apresentam como mulheres periféricas. A presença dessa identidade constituída em torno do gênero e da questão geográfica se mostra com força em narrativas que ‘singularizam’ o protagonismo (perfis) e reforçam sua posição no uso de aspas nos títulos das matérias” (ROVIDA, 2018, p. 62).

outubro de 2019 (um dia antes das eleições), mulheres negras de uma região periférica da cidade de São Paulo apresentam suas considerações sobre os candidatos e as demandas que compreendem serem fundamentais para a melhoria de seu cotidiano e das condições de vida dos moradores no que diz respeito à igualdade racial e econômica, e à valorização da cultura negra.



Figura 4 – Coletivo Nós, Mulheres da Periferia. Uma das entrevistadas do curta documental do coletivo.

Nesses depoimentos, vemos construções universalizantes de entendimento de certas prioridades sob responsabilidade do Estado, porém com um recorte voltado para diversidades por meio da fala das entrevistadas, que não apenas reivindicam seus direitos básicos, enfatizados como não sendo privilégios de apenas alguns cidadãos, moradores dos bairros mais ricos, mas exigem que alcancem reconhecimento enquanto mulheres e cidadãs. Vale ressaltar que há dimensões etárias nas falas, com mulheres negras mais velhas ou mais jovens imprimindo seus pontos de vista na narrativa, como a presença de uma menina que traduz em sua fala de criança o que espera das eleições, após ser indagada pela repórter: “O que você queria que tivesse no país para todo mundo ser feliz? ‘Casa, cama, banheiro... e bastante coisas’”.

¹⁶Disponível em: <https://www.facebook.com/nos-mulheresdaperiferia/videos/2235465613336041>. Acesso em: 27 out. 2019.

Outros curtas documentais do tipo expositivo realizados pelo Nós, Mulheres da Periferia nessa série são intitulados “Por

¹⁷Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=EbOp1IYgaFE. Acesso em: 27 out. 2019.

¹⁸Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LEEzVJffyJE>. Acesso em: 27 out. 2019.

¹⁹Para mais informações, ver, durante o período eleitoral: "Homens e mulheres nunca votaram de forma tão diferente no Brasil", matéria do Estadão Conteúdo; "'Só sei que no Bolsonaro não voto': a indecisão das mulheres da periferia que rejeitam o candidato", no jornal El País Brasil; e, mais recentemente, "Rejeição a Bolsonaro é maior entre mulheres e no Nordeste", diz DataFolha. Acesso em: 27 out. 2019. Matérias disponíveis, respectivamente, em: <https://veja.abril.com.br/politica/homens-e-mulheres-nunca-votaram-de-forma-tao-diferente-no-brasil/>; https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/21/politica/1537484577_318086.html; <https://veja.abril.com.br/politica/rejeicao-a-bolsonaro-e-maior-entre-mulheres-e-no-nordeste-diz-datafolha>.

²⁰Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/elenao-mulheres-da-periferia-de-sp-dizem-porque-bolsonaro-nao-as-represent>. Acesso em: 27 out. 2019.

²¹Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=25&v=jTWiZLkhnVM. Acesso em: 27 out. 2019.

²²O grupo virtual no Facebook chegou a reunir mais de 3 milhões de

que mulheres da periferia de SP foram ao ato 'Ele Não?'¹⁷, postado em 1 de outubro de 2018, e "'O amor vai vencer o ódio': evangélicas ocupam as ruas contra Bolsonaro"¹⁸, ambos veiculados na página no Facebook e no canal no YouTube em 26 de outubro de 2018, dois dias antes do segundo turno das eleições presidenciais. Um dado comum e importante ao considerarmos essas reportagens é o fato de as mulheres negras e periféricas terem se colocado, à época e agora, como uma barreira às ambições políticas de Jair Bolsonaro. Em várias pesquisas divulgadas na mídia corporativa ou em jornais de referência, os números apontavam que os homens brancos e com maior renda seriam um dos redutos do então candidato, enquanto as mulheres negras e com renda menor se mostravam um dos focos de resistência à sua eleição¹⁹.

Na matéria "#EleNão: Mulheres da periferia de SP dizem por que Bolsonaro não as representa"²⁰, em que se encontra o vídeo com imagens do ato "Mulheres contra Bolsonaro: ato em 29 de setembro, em SP"²¹, e também o vídeo citado acima, com depoimentos sobre o porquê de as mulheres da periferia terem ido ao ato mobilizado a partir do movimento #EleNão, grupo virtual criado no Facebook²², vemos várias vozes referindo-se à periferia como um lugar esquecido e desconsiderado pelo candidato, destacando sua postura sectária, violenta, homofóbica e machista, fortemente difundida durante a campanha: "Ele tem preconceito de classe"; "A gente quer e precisa de alguém que nos represente"; "O projeto dele para a política é extermínio, extermínio de negros, de pobres...". Essas são algumas das frases ouvidas nas entrevistas, feitas nas ruas da cidade no dia da manifestação, com filmagens testemunhais das participantes, além de imagens de fundo de outras cenas durante o ato. Ao enfatizar, em primeiro plano, que a mulher negra deve ser respeitada, e que a periferia é a base social majoritária, essas vozes são contundentes na rejeição ao projeto político apresentado.

Na outra reportagem, bastante peculiar por apresentar, justamente, o grupo das "mulheres evangélicas" – tantas vezes associadas pelo apoio ao presidente na figura da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, uma das

poucas integrantes femininas do atual governo –, vemos alguns depoimentos no ato organizado por entidades representativas de várias denominações religiosas. Há muitas mulheres falando no palanque, entre elas Alexya Salvador, que afirma: “Pensar a religião nesse momento do Brasil é pensar a vida, é pensar nos valores do evangelho que nos impulsionam a viver numa sociedade justa e igualitária”. E outras entre as manifestantes, como a jovem Bianca Flores Rosa: “Dentro de um contexto de periferia, você se posicionar como cidadã, mulher, periférica, evangélica, é ir contra a maré, é ainda mais importante, tanto espiritualmente quanto politicamente”. O ato foi realizado em 25 de outubro em várias cidades brasileiras, e em São Paulo ocupou a Avenida Paulista com uma passeata contra a violência, especialmente em relação às minorias sociais, pregada e estimulada pelo candidato Jair Bolsonaro.

No primeiro curta documental, portanto, vimos um recorte – entre vários possíveis – da manifestação ocorrida no Largo da Batata, em São Paulo. A identificação com as causas das periferias e das mulheres, ponto nodal do ato, diversifica os pontos de vista e oferece representações que percorrem outros caminhos na percepção do tema. A escolha por um formato observacional e uma estética do *ao vivo* auxilia na compreensão das propostas apresentadas, que se anunciam contra aquilo tido como hegemônico na disputa eleitoral. O segundo vídeo traduz ainda mais esse recorte – de mulheres negras periféricas – por meio de escolhas religiosas associadas ao neopentecostalismo. A narrativa busca um olhar ampliado dessas visões por meio de uma oposição à compreensão homogênea desse grupo. São, assim, representações que desmontam visões estabilizadas nos discursos correntes e reconstroem, em alguma medida, os lugares de identificação e de reconhecimento.

mulheres ao final de setembro de 2018, sofrendo repetidos ataques profissionais de hackers associados ao candidato do PSL, mas ganhando força na convocação de manifestações pluripartidárias e com representantes de movimentos sociais ou simpatizantes à causa. Ver: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,apos-ser-hackeado-grupo-do-facebook-contra-bolsonaro-chega-a-2-5-milhoes-de-participantes,70002508030>. Acesso em: 27 out. 2019.

Breves considerações finais

Por meio de formas narrativas ensaiadas nessas e em outras produções, discursos dissonantes emergem e entram em

circulação social, atravessando novos espaços geográficos, simbólicos e visuais. Assim, algumas questões norteiam as reflexões sobre o conjunto dessas produções: considerando o atual contexto social e político, como podemos falar em *representação* hoje? De que modo a ampliação das narrativas produzidas por diferentes sujeitos desafia esse conceito? Como essas obras audiovisuais periféricas articulam as lutas identitárias e de reconfiguração do social em suas disputas por visibilidade e reconhecimento?

Ampliando seu alcance, propomos um percurso teórico a fim de interpretar os objetos empíricos anteriormente mostrados. Antes de passar a ele, entretanto, é importante compreender de que modo as lutas identitárias – ligadas à diversidade – podem ser relacionadas às disputas por reconhecimento social – pautadas pelo universalismo – sem se tornarem apenas espaços de alcance de visibilidades, sobretudo midiáticas, e contemplando processos de redistribuição socioeconômica. Na polêmica entre Axel Honneth e Nancy Fraser, vemos que, como regra geral, o reconhecimento deveria se preocupar apenas com a autorrealização: “Ser reconhecido por outro sujeito é a condição necessária para alcançar uma subjetividade plena e sem distorções” (FRASER, 2006, p. 35, tradução nossa)²³, e a falta de reconhecimento ou um reconhecimento errôneo operam como mecanismos de opressão e deformação do outro.

Ambos admitem o dano no plano ético como negativo, pois este limitaria o sujeito em sua capacidade de se distinguir de outros, mas divergem quanto aos aspectos sociais das subjetividades. Fraser propõe que essa seja também uma questão de justiça: “Considerar o reconhecimento como um tema de justiça é tratá-lo como questão de status social. Isso significa analisar os padrões institucionalizados de valor cultural para seus efeitos sobre a *posição relativa* dos atores sociais” (FRASER, 2006, p. 36, tradução nossa)²⁴, possibilitando que, além das questões identitárias, aquelas oriundas das discussões sobre redistribuição (suas condições materiais e econômicas) sejam levadas em conta, bem como as tensões entre ética e justiça social.

²³No original: “El ser reconocido por otro sujeto es condición necesaria para alcanzar una subjetividad plena y sin distorsiones”.

Conciliar esses polos contraditórios seria a tarefa colocada para a reflexão sobre a tensão entre individualidades e coletividades, pensando-as como instâncias culturais e, desse modo, representadas nas mídias. Se é válido afirmar que, nas interações sociais, os discursos produzem sentidos para sujeitos em situações concretas, observando as narrativas jornalísticas dos coletivos periféricos gostaríamos de propor um “circuito midiático” no qual seja possível delinear seus usos e apropriações em relação às lutas identitárias e às disputas por reconhecimento nelas evocadas. Entendemos, assim, que as identidades sociais “se estabelecem mediante a definição de limites subjetivos de atribuição/diferenciação que se encontram inscritos em condições específicas de vida e, por isso, não podem ser ignoradas diferenciações de classe, étnicas, de gênero, religiosas, políticas ou geracionais” (VALENZUELA, 2014, p. 21, tradução nossa)²⁵.

É no pensamento de Stuart Hall que nos inspiramos para fundamentar o “circuito midiático” em quatro conceitos – identidade, representação, visibilidade, reconhecimento – e nas interrelações entre eles, como proposto no quadro abaixo.

²⁴No original: “Considerar el reconocimiento como un tema de justicia es tratarlo como una cuestión de estatus social. Esto supone examinar los patrones institucionalizados de valor cultural por sus efectos sobre el prestigio relativo de los actores sociales”.

²⁵No original: “Las identidades sociales se establecen mediante la definición de límites subjetivos de adscripción/diferenciación, que se encuentran inscritos en condiciones específicas de vida, por lo que no pueden soslayarse adscripciones de clase, étnicas, de género, religiosas, políticas o generacionales”.



Quadro 3 – Circuito midiático

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Nesse circuito, os campos de produção, recepção e produtos se articulam de modo dinâmico e não linear no que se refere aos modos de construção da representação nas mídias, em um trajeto no qual as diversas lutas identitárias e as disputas sociais universalizantes se alternam em busca de visibilidade e reconhecimento. Na parte superior do quadro, estão relacionados os eixos de identidade e representação, apontando para a interdependência entre aspectos individuais e coletivos. Na parte inferior, a visibilidade e o reconhecimento articulam-se como se os dois primeiros eixos pudessem se desdobrar nesses dois últimos.

No sentido vertical, identidade e visibilidade estabelecem um movimento de mão dupla no qual uma produz e é produzida pela outra; da mesma forma, representação e reconhecimento se interrelacionam, demarcando as fronteiras de um e de outro ou, de modo mais ativo, os pontos em que as estratégias de representação podem, de fato, alcançar possibilidades efetivas de reconhecimento social. Nos eixos diagonais, finalmente, o circuito adquire circularidade quando, de modo menos frequente, as lutas identitárias podem se deslocar a ponto de alcançarem reconhecimento social, e as demandas por representação passam a interferir nas visibilidades encenadas nas mídias.

Em sua definição das representações sociais, Hall (2016) faz menção ao funcionamento da linguagem como um “circuito de cultura”, em que o consumo, a regulação e a formação identitária ocupam lugares nos “sistemas de representação” por meio de práticas discursivas. Essa proposição auxilia na compreensão das identidades sociais como focos de disputa no campo político e estético das representações. Se a cultura não é apenas um conjunto de representações verbais ou visuais, produção e recepção não podem ser pensadas isoladamente; ao contrário, inscrevem-se como formas culturais articuladoras de trocas simbólicas por meio de práticas partilhadas e suas implicações.

A produção, assim, não diz respeito apenas ao espaço de criação de um produto, e tampouco a recepção se restringe à sua decifração. A conexão entre elementos díspares, em

certas condições, dota de sentido o “circuito da cultura”, afetando inclusive os discursos midiáticos, já que tal ligação “não é necessária, determinada, absoluta e essencial para todos os tempos. A assim chamada ‘unidade’ de um discurso é na realidade a articulação de elementos diferentes, distintos que podem ser articulados de modos diferentes porque não têm necessária pertença” (HALL, 1996, p. 115).

Ao examinar um dos paradoxos da contemporaneidade – a tensão entre uma suposta pulverização subjetiva e a unificação planetária –, Renato Ortiz (2015) coloca a “diversidade” como um emblema contemporâneo em relação ao qual não seria possível descartar a questão do “universalismo” em prol de identidades fluidas e multifacetadas, tampouco concebê-las como fixas e homogêneas. Da mesma forma, se o universalismo é uma constante na atual pluralidade, como pensar a construção de localidades e territorialidades em um mundo cada vez mais global? Esse dilema perpassa um amplo debate no qual as sociedades reconhecem cada vez mais suas particularidades, mas, ao mesmo tempo, tornam-se integradas aos mercados globais, esvaziando singularidades:

Existiria, nesse sentido, uma “diversidade global” (...) Por isso alguns executivos e homens de negócio consideram que não é necessário “celebrar a diversidade”: trata-se de algo inexorável, parte integrante de um mundo compartilhado no qual o diverso assume-se de maneira explícita. É esse tipo de percepção que orienta, por exemplo, o marketing étnico, voltado para a exploração de segmentos específicos do mercado (vender produtos para homens negros norte-americanos; comercializar alimentos entre a população indiana de baixo poder aquisitivo). Nesse caso, a oposição global/local deixa de fazer sentido (ORTIZ, 2015, p. 120).

As consequências desse deslocamento podem ser percebidas nos embates sociais, acirrando polarizações e falsas equivalências, mas, ao mesmo tempo, empreendendo recomposições sociais e reativando um antigo debate,

associado “às reivindicações identitárias, ao multiculturalismo, aos direitos indígenas, valorizando a diversidade cultural como traço essencial das sociedades humanas” (ORTIZ, 2015, p. 9). Resta-nos, entretanto, não sucumbir à simples oposição entre o particular e o geral, mas ao contrário perceber, em contextos políticos e sociais concretos, a persistência desse mal-estar: “O diverso torna-se um ideal, e o uno, uma maldição. No entanto, é nessa brecha que o mal-estar se introduz. A diferença é sinal de riqueza, patrimônio a ser preservado, porém, simultaneamente, fonte potencial de conflitos diante de um destino comum” (ORTIZ, 2015, p. 9). Ou seja, vemos núcleos segmentados de diversidade constituindo-se como um novo tipo de universalismo, em que “as qualidades positivas, antes atribuídas ao universal, deslocam-se para o ‘pluralismo’ da diversidade”, e a paulatina perda do universal “em densidade e em convencimento” (ORTIZ, 2015, p. 9), apontando mudanças no campo da representação.

Se não é mais possível categorizar dicotomicamente o restritivo e o abrangente, o indivíduo e a sociedade, o pessoal e o comum, o “circuito midiático” almeja elucidar em que momentos se conjugam as lutas identitárias e as políticas da representação em discursos midiáticos, e as potenciais singularidades das produções periféricas. Nas imagens analisadas, podemos pontuar em quais circunstâncias se alcança visibilidade e se é possível, em algumas dessas obras audiovisuais, chegar ao reconhecimento social. Associando o campo representacional ao dilema contemporâneo do diverso e do universal, temos o diverso presentificado nas lutas identitárias, em busca de visibilidades, e o universal colocado nas disputas por reconhecimento, voltando-se à reconstrução de coletividades. Isso possibilita reposicionamentos subjetivos e processos de deslocamento em representações antes cristalizadas por meio das narrativas propostas.

Ainda que, de acordo com Martín-Barbero, a diversidade cultural seja frequentemente exaltada como desejável por governos, instituições e organizações empresariais, muitas vezes políticas efetivas de incentivo e proteção a essa mesma diversidade são raras ou ineficazes. Para o autor, as instâncias

que poderiam promovê-la e assegurá-la encontram-se apartadas “em níveis de decisão a que nem os atores do plano local têm acesso, nem os verdadeiros mediadores do plano mundial” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 16). Para que a diversidade se torne, de fato, *universal*, seria necessária uma “nova institucionalidade mundial do cultural”, ancorada em ações locais:

Daí ser a partir da diversidade cultural das histórias e dos territórios, das experiências e das memórias, de onde não só se resiste, mas também se negocia e se interage com a globalização e de onde se acabará por transformá-la. Pois o que reativa hoje as identidades como motor de luta é inseparável da demanda de reconhecimento e de sentido (MARTÍN-BARBERO, 2016, p. 24, grifos do autor).

O desafio que se articula neste estudo, por fim, é o de entrelaçar essas narrativas a outras, estendendo o alcance da pesquisa e contornando, nos discursos midiáticos, as tramas nas quais se situam as identidades representadas, as visibilidades encenadas e suas possibilidades de reconhecimento social visando a ampliação das rupturas trazidas por essas vozes das periferias.

Referências

HALL, S. The problem of ideology: marxism without guarantees. In: DAVID, M.; CHEN, K. H. **Stuart Hall: critical dialogues**. Routledge: London/New York, 1996.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.

FRASER, N. La justicia social en la era de la política de la identidad. In: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribución o reconocimiento?** Un debate político-filosófico. Madrid: Morata, 2006.

MARTÍN-BARBERO, J. Diversidade em convergência. **Revista MATRIZes**, v. 8, n. 2, jul.-dez., 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. **Jóvenes. Entre el palimpsesto y el hipertexto.** Colección: Biblioteca de Infancia y Juventud. Barcelona: Ned Ediciones, 2017.

ORTIZ, R. **Universalismo e diversidade:** contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo, 2015.

REGUILLO, R. **Emergencia de culturas juveniles:** estrategias del desencanto. Bogotá: Norma, 2000 (Enciclopedia latinoamericana de sociocultura y comunicación).

ROVIDA, M. As periferias pelos periféricos: um fenômeno jornalístico contemporâneo. **Revista Extraprensa**, v. 12, n. 1, jul.-dez. 2018.

_____. Narrativas periféricas: protagonismo feminino promovido pelo trabalho de mulheres jornalistas. In: SILVA, P. C.; ROVIDA, M.; LOPES, F. T. P.; GARCIA, W. **Gêneros, diversidades, tecnologias e smart city.** Sorocaba: EdUniso, 2018.

SOARES, R. L. Realismos audiovisuais: visibilidades intertextuais em documentários televisivos. **Revista Doc On-Line**, v. 18, 2015. Disponível em: <http://10.20287/doc.d18.dt02>.

VALENZUELA, J. M. (coord.). **Tropeles juveniles:** culturas e identidades (trans)fronterizas. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte; Monterrey, Nuevo León: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2014.

Coletivos jornalísticos

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA (2013). Disponível em: <https://www.facebook.com/nosmulheresdaperiferia/>; <http://nosmulheresdaperiferia.com.br>.

PAPO RETO (2014). Disponível em: <https://www.facebook.com/ColetivoPapoReto/>; <https://100ko.wordpress.com>.

VOZ DAS COMUNIDADES (2005). Disponível em: <https://www.facebook.com/vozascomunidades/>; <http://www.vozdascomunidades.com.br>.